Xiitas e a política do Oriente Médio

Shiites and Middle East policy

Ali Ahmad Chams

Resumo

A situação atual no Oriente Médio coloca os xiitas diretamente no centro dos recentes conflitos. A consolidação de um Estado iraquiano, a instabilidade política no Líbano, o conflito no Iêmen, a crise política em Bahrein, a discriminação dos xiitas na Arábia Saudita. Em todas essas questões a disputa de poder, os números demográficos e o conflito ideológico colocam em polos opostos xiitas e sunitas, numa luta para definir qual desses dois grupos dominará a política regional. E o Irã está no centro desse debate, onde seus interesses coincidem com os dos xiitas na disputa contra a hegemonia sunita.

Palavras-chave: Xiitas; Oriente Médio; Irã; *Velayat al-faqih*.

Xiitas e a política do Oriente Médio

Depois de mais de um milênio escondidos e reprimidos, os xiitas no século XXI estão no centro do debate no Oriente Médio, sendo objeto das políticas externas dos principais países na região e dos Estados Unidos, e tema das mais variadas análises de relações internacionais. Foi a partir de 2003 que os seguidores de Ali ganharam um novo foco pois, se antes da invasão norte-americana ao Iraque os países árabes possuíam como ponto central de sua política externa a disputa árabe-israelense, é a partir da invasão de 2003 que esses regimes incorporam à sua agenda a temática da disputa sunitas *versus* xiitas e do ressurgimento desses últimos como atores políticos relevantes no cenário regional.

As bases da percepção desse ressurgimento xiita pelos regimes da Arábia Saudita, Egito, Jordânia e as pequenas monarquias do Golfo, e no Ocidente, é a de que as comunidades xiitas espalhadas pelo Oriente Médio agiriam sob a liderança do Irã, o qual teria ganhado força com a derrubada de Saddam no Iraque e, assim, utilizaria essas comunidades para avançar em seus objetivos de política externa, que seriam desestabilizar a monarquia saudita, desestabilizar os governos libanês e egípcio, assim como debilitar o processo de paz entre palestinos e israelenses. Essa hipótese teve como principal incentivador o Rei Abdullah, da Jordânia que, em 2004, alertou para o surgimento de um “crescente xiita” que englobaria o Irã, Iraque, Síria e Líbano, e atuaria para alterar o *status quo* da região, numa unificação das principais comunidades xiitas espalhadas pelo Oriente Médio, as quais agiriam sob a tutela do Irã. Essa preocupação do rei Abdullah logo se espalhou para os discursos de outros líderes, dentre eles o presidente egípcio, Husni Mubarak, que logo proclamou que os xiitas seriam mais leais ao Irã do que a seus Estados de origem (HAJI-YOUSEFI, 2009, p. 116). Logo foram secundados pelo então primeiro-ministro britânico Tony Blair, que definiu tal movimento como “arco do extremismo” (GARDNER, 2006).

Frente a essa nova articulação de forças no Oriente Médio, é necessário fazer certas perguntas: quem são os xiitas? Eles representam um grupo monolítico capaz de abalar a supremacia milenar dos sunitas no Oriente Médio? Como se dá o relacionamento dos principais grupos xiitas espalhados pela região? Quais são os objetivos desses grupos? Estaria o Irã comandando esses grupos?

Quem são os xiitas?

O xiismo nasceu com a morte do profeta Muhammad e a subsequente questão da sucessão do líder da comunidade muçulmana (*umma*). Dois gru-

pos opostos se formaram, divididos entre aqueles que acreditavam que Ali, primo e genro do profeta, deveria ser o novo líder, pois ele fazia parte da *Ahl al-Bait* (família do profeta) e, portanto, possuía certas qualidades únicas que lhe conferiam o direito de o suceder. O outro grupo apoiava o também genro do profeta, Abu Baker, pois acreditava que a sucessão não deveria se basear na questão de hereditariedade ou qualidades divinas e únicas, mas num consenso entre os dignitários da comunidade, *shura*. A posição final adotada foi a última e Abu Baker se tornou o *khalifa* (SANKARI, 2005, p. 294).

Abu Baker foi sucedido por Umar, Uthman e finalmente por Ali. No entanto, o califado de Ali foi desafiado pelo primo de Uthman, Muawiya, governador de Damasco, e logo teve início uma guerra civil entre as duas forças, que culminou com o assassinato de Ali e a tomada de poder por Muawiya. Logo após a morte de Muawiya, Yazid, seu filho, sucedeu-o, exercendo um governo que, para muitos, era considerado déspota, principalmente para os habitantes de Kufa que, ligados às ideias do xiismo, convidaram o filho de Ali, Hussain, para liderar uma revolta contra Yazid e retomar o governo que lhe pertencia por direito. No entanto, Hussein, indo em direção a Kufa, foi interceptado pelo exército de Yazid em Karbala e lá travaram a batalha que moldaria definitivamente o xiismo, o sacrifício pela luta contra um governo tido como ilegítimo (NASR, 2006, p. 41).

É nesse período que nasce uma das principais diferenças entre as doutrinas xiitas e sunitas quanto à legitimidade de um governo. Para os sunitas, não há necessidade de que o *khalifa* possua qualidades excepcionais nem autoridade religiosa pois, após a morte do profeta, o *khalifa* herdará apenas a posição de comandar politicamente os muçulmanos e não a autoridade religiosa do profeta, que deveria ser reservada aos ulemás. Portanto, o governante apenas deveria manter a ordem da comunidade, vindo daí o famoso ditado sunita “melhor 60 anos de tirania do que um dia de caos” (NASR, 2006, p. 36).

Os xiitas possuem uma visão diferente nessa questão, uma vez que, para eles, os únicos que possuem direito à sucessão como *khalifa* são os membros da *Ahl al-Bait*, os descendentes da família do profeta, especificamente a linhagem do Imam Ali, os únicos que teriam herdado sua capacidade divina de decodificar os versos do Alcorão de forma correta para serem aplicados na sociedade (NASR, 2006, p. 39). Desde a ocultação do último Imam, chamado de Mehdi, a comunidade xiita ficara sem um líder e uma posição de aquiescência fora por ela adotada até a década de 1970-1980, quando Khomeini cria a teoria do *velayat al-faqih*. Antes de Khomeini, o pensamento dos xiitas é que eles deveriam aguardar o retorno do último Imam para que este implantasse um governo islâmico justo e, até

seu regresso, os xiitas não poderiam tentar implantar um governo próprio, uma vez que os únicos a poder exercer tal papel seriam os descendentes do Imam Ali, devendo apenas tolerar os governos mundanos até o retorno do Imam Oculto. A teoria do *velayat al-faqih* revoluciona esse pensamento, ao adotar a visão de que a autoridade religiosa dos Imams fora transferida ao ulemás, quando da ocultação daquele. Portanto, os religiosos seriam os únicos com legitimidade a governar enquanto o Imam Oculto não regressa, pois eles seriam capazes de decodificar os preceitos religiosos para o campo de aplicação político. É esse o pensamento que rege o regime iraniano (SAAD-GHORAYEB, 2002, p. 59).

Xiitas pelo Oriente Médio

Antes de aprofundar a discussão sobre os xiitas no Oriente Médio, é necessário entender o termo Oriente Médio e os países que compõem a região. A área territorial delimitada pelo termo Oriente Médio nem sempre foi algo estático, suas fronteiras são reguladas por um conceito político, que caracteriza uma entidade geopolítica que passou a ser assim denominada na história recente, ainda que sua localização exata tenha sofrido alterações ao longo do tempo. O que há em comum nessas sucessivas mudanças de escopo é que os interesses das grandes potências definem o que vem a ser a chamada região do Oriente Médio. Nesse sentido, o Oriente Médio possuía uma delimitação durante o Império Britânico, outra durante a Primeira Guerra Mundial e ainda outra após a Segunda Guerra Mundial. Com a queda da presença das potências europeias na região, e a ascensão dos Estados Unidos após a Crise de Suez em 1956, redefiniu-se, novamente, o escopo do termo. Para os Estados Unidos, atualmente, a região é limitada por aqueles países que têm tido um papel central em duas questões de especial relevância na sua política externa: o conflito árabe-israelense e a segurança do Golfo Pérsico e seus recursos petrolíferos. Segundo essas perspectivas, o Oriente Médio é constituído pelos seguintes países: Egito, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Líbia, Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Kuwait e territórios palestinos. Esses países estão incluídos na Agência de Assuntos sobre o Oriente Próximo (FERABOLLI, 2009, p. 128). É com essa delimitação que o artigo tratará a questão dos xiitas no Oriente Médio.

Grande parte das análises do Oriente Médio tende, mesmo que implicitamente, a focar nos sunitas, esquecendo por vezes da divisão religiosa e da implicação que isso tem na política do Oriente Médio. Isso pode ser

compreendido, pois dos 1,3 bilhão de muçulmanos no mundo, os xiitas correspondem a apenas 10-13% do total, e o mesmo ocorre na região do Oriente Médio (Pew Fórum, 2009). Dos países de maioria muçulmana, em apenas três o número de xiitas é o mais representativo, sendo esses o Iraque (65%), Irã (90%) e Bahrein (70%). No Kuwait, Líbano e Iêmen, os xiitas, apesar de não serem maioria, correspondem a uma fatia grande da população, respectivamente, 25%, 45% e 35% (Pew Fórum, 2009).

Tabela populacional dos xiitas nos países em que seus números ultrapassam 1% da população muçulmana

Países em que o número de xiitas na população muçulmana é superior a 1%	População xiita estimada em 2009	Porcentagem aproximada da população muçulmana que é xiita	Porcentagem aproximada da população xiita mundialmente
Irã	66 - 70 milhões	90 - 95%	37 - 40%
Paquistão	17 - 26 milhões	10 - 15	10 - 15
Índia	16 - 24 milhões	10 - 15	9 - 14
Iraque	19 - 22 milhões	65 - 70	11 - 12
Turquia	7 - 11 milhões	10 - 15	4 - 6
Iêmen	8 - 10 milhões	35 - 40	~5
Azerbaidjão	5 - 7 milhões	65 - 75	3 - 4
Afganistão	3 - 4 milhões	10 - 15	~2
Síria	3 - 4 milhões	15 - 20	~2
Arábia Saudita	2 - 4 milhões	10 - 15	1 - 2
Nigéria	<4 milhões	<5	<2
Líbano	1 - 2 milhões	45 - 55	<1
Tanzânia	<2 milhões	<10	<1
Kuwait	500,000 - 700,000	20 - 25	<1
Alemanha	400,000 - 600,000	10 - 15	<1
Bahrein	400,000 - 500,000	65 - 75	<1
Tajiquistão	~400,000	~7	<1
Emirados Árabes Unidos	300,000 - 400,000	~10	<1
E.U.A	200,000 - 400,000	10 - 15	<1
Omã	100,000 - 300,000	5 - 10	<1
Reino Unido	100,000 - 300,000	10 - 15	<1
Bulgária	~100,000	10 - 15	<1
Qatar	~100,000	~10	<1
Total no mundo	154 - 200 milhões	10 - 13	100

Quanto aos demais países, em que os xiitas perfazem cerca de 10% a 15%, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Qatar, eles também possuem uma participação política pequena, à exceção da Síria que, apesar de fazer parte desse grupo, são os alauítas, que constituem um ramo do xiismo, que controlam o governo.

O importante nesta análise demográfica é mostrar que, apesar de o peso demográfico dos xiitas ser grande em determinados países, eles não possuem uma participação política que corresponda a esse número. No Líbano, Bahrein, Iêmen, Kuwait e Paquistão, os xiitas são sub-representados no governo, e no Iraque foi apenas com a invasão norte-americana que os xiitas conseguiram ascender ao poder.

Crescente xiita?

A questão de haver ou não esse “crescente xiita” é fonte de um intenso debate tanto no mundo acadêmico, quanto político. Ela relembra os receios surgidos com a Revolução Islâmica no Irã em 1979, e o temor do surgimento de um ator político regional que criasse instabilidade na região.

Em 2004 o Rei Abdullah, da Jordânia, afirmou que, com a queda de Saddam, estaria se formando no Oriente Médio um “crescente xiita” abrangendo Irã, Iraque, Síria e Líbano, sob a liderança de Teerã. A sua hipótese baseia-se na premissa de que os xiitas atuariam como uma entidade monolítica e hegemônica, cuja lealdade não residiria no Estado nacional, mas num senso de comunidade baseado na religião, e seu centro seria Teerã. Em um primeiro momento, essa tese parece ser procedente, pois se analisarmos as comunidades xiitas no Iraque, no Líbano e no Irã, é visível um sentimento de comunidade, já que todos possuem populações xiitas significativas. No entanto, talvez seja prematuro atribuir essas ligações basicamente a um sentimento religioso e deixar de fora da equação os interesses nacionais e da *realpolitik*.

Atualmente, principalmente após as declarações do Rei Abdullah, uma miríade de artigos vem à tona para tratar do “ressurgimento xiita”, entre eles os de Vali Nasr, Maximilian Terhalle, Anoushiravan Ehteshami, Amir Haji-Yousefi e outros. O ponto central que todos abordam é o marco que surgiu com a invasão norte-americana no Iraque em que, pela primeira vez na história do Oriente Médio, um governo democrático de maioria xiita subiu ao poder num importante Estado árabe, o Iraque. A maioria dos autores também concorda no fato de que as invasões norte-americanas no Iraque e Afeganistão eliminaram dois inimigos iranianos e, dada a ligação religiosa entre os xiitas iranianos e iraquianos, aumentou a influência da-

queles sobre o Iraque, conseqüentemente aumentando a sua importância geopolítica na região. No geral, os autores concordam nos seguintes pontos (HAJI-YOUSEFI, 2009, p. 117):

- a) O Irã ganhou uma importância estratégica significativa com a queda dos Talibãs e de Saddam.
- b) A partir de 2003 a agenda dos EUA pela democratização do Oriente Médio aumentou a sensibilidade política por mais direitos das minorias xiitas estabelecidas no Golfo Pérsico, no Líbano e Paquistão.
- c) Esse ganho de influência iraniana diminuiu a capacidade norte-americana de paralisar o programa nuclear iraniano.

No entanto, alguns desses autores diferem no significado desses resultados. Para Vali Nasr, a queda de Saddam foi o fim do regime sunita no Iraque, e isso mudou a balança de poder entre xiitas e sunitas e rompeu

a ascendência sunita – que há tempos dominava a região (...) o Iraque (...) tornou-se, oficialmente, o primeiro Estado no mundo árabe a ser governado por uma maioria xiita democraticamente eleita. (...) Os xiitas exercerão um maior poder e, portanto, remoldariam as estruturas das alianças regionais, cultura e instituições políticas. A crescente proeminência dos xiitas influenciaria como esse novo Oriente Médio se definiria, muito mais do que os valores que a liderança norte-americana esperava. (NASR, 2006, p. 170)

Apesar de afirmar essa reorganização das alianças no Oriente Médio, Nasr não acredita na constituição de uma liderança xiita tendo como centro algum Estado nacional, tal como a tese de Abdullah e Blair ao afirmarem que esse centro seria o Irã, pois reconhece que os xiitas estão pulverizados pela região, e a unificação em torno de um centro é uma miríade, pois no próprio campo religioso os xiitas são multifacetados, cada pessoa podendo seguir um líder religioso diferente, que prega ideias distintas. Para ele, esse renascimento xiita refere-se a um consenso entre os governos e movimentos xiitas de que os ganhos no Iraque devem ser protegidos e aprofundados. No entanto, isso não significa o advento de um pan-xiismo, nem que esse efeito seja comandado por um governo, mas se traduzirá na demanda dos xiitas espalhados pela região por mais direitos dentro de seus próprios países (NASR, 2006, p. 183).

Ehteshami utiliza uma retórica mais dramática, ao afirmar que a cerimônia da Ashura (cerimônia que relembra o sacrifício de Hussein) em 2003, depois de décadas de proibição de Saddam,

assustou os países sunitas que por anos temiam o surgimento de um ‘xiismo internacional’ que desafiaria, abertamente, a sua interpretação do Islã e, por outro lado, ameaçar[ia] seus regimes ao demandar por mais direitos às minorias xiitas dentro de seus Estados. O renascimento xiita pode, se for

permitido crescer e se consolidar, abalar as próprias fundações das ordens políticas ressuscitadas sobre o antigo Império Otomano. (HAJI-YOUSEFI, 2009, p. 118)

Para ele, a questão xiita está ganhando uma dimensão árabe, dissociando-se do Irã, questão essa tão explorada por Saddam na década de 1980, e no ganho de mais direitos nos países árabes do Golfo (HAJI-YOUSEFI, 2009, p. 118). Apesar de traçar esse cenário dramático, Ehteshami dá poucas informações e não expõe com clareza a forma como os xiitas poderiam abalar as estruturas dos regimes sunitas, uma vez que a própria ortodoxia religiosa sunita é avessa aos xiitas.

Haji-Yousefi, em seu artigo “Whose agenda is served by the idea of a Shia crescent?” (2009), procura abordar todos esses pontos, ressaltando que a ideia de um ressurgimento xiita é uma estratégia política iniciada com os sauditas, proclamada por Abdullah, apoiada por Blair, utilizada por Mubarak e fomentada pelos Estados Unidos para acusar o Irã de estar por trás de todos os problemas do Oriente Médio, afirmando que o regime islâmico, por meio de seus proxys xiitas espalhados pela região, busca uma reorganização do Oriente Médio, derrubando governos pró-ocidentais e destruindo o processo de paz entre palestinos e israelenses. Para ele, essa tática busca formar uma coalizão entre Israel e países árabes para conter o Hamas, Hezbollah, Irã e Síria. Em suas palavras:

O Irã parece o melhor a se encaixar no jogo da culpa. É fácil para os Estados Unidos culpar o Irã e o ‘puzzle’ iraniano como a principal causa do fracasso de suas políticas no Oriente Médio, e enxergam a solução desse ‘puzzle’ como o único remédio para solucionar todos os problemas do Oriente Médio. O ponto de vista tradicional, especialmente entre os países árabes, tem sido o de que o coração de todos os problemas da região é o conflito árabe-israelense e nenhum dos demais problemas pode ser resolvido a menos que este seja abordado adequadamente. No entanto, os Estados Unidos tentam retratar o Irã como a raiz dos problemas da região e apontam a crescente influência no Iraque, Líbano e Palestina como um mal que o mundo árabe deve confrontar. (HAJI-YOUSEFI, 2009, p. 128)

Terhalle endossa o discurso de Youseffi, afirmando:

A alegação sunita do ‘Crescente Xiita’ é uma medida familiar de se aproveitar de preconceitos sectários – uma referência à luta entre Ali e Muawiyya, 660-661 – com o objetivo de proteger sua legitimidade. Colocado em um contexto histórico do período posterior à Revolução Islâmica de 1979, um novo rótulo teve que ser achado para atacar o Irã. (TERHALLE, 2007, p. 69)

Até Saddam Hussein engrossa essa fileira quando, em 2003, culpou os xiitas pela derrota de seu exército, comparando-a com a invasão dos mon-

góis em 1258, quando Ibn al-Alqami, vizir xiita, supostamente ajudou os invasores no saque a Bagdá (NASR, 2006, p. 82).

Terhalle, da mesma forma que Nasr, explora as contradições inerentes à região para explicar o porquê de o ressurgimento xiita não ser um movimento político dirigido por uma entidade que os comanda. Para isso, Terhalle e Nasr buscam tratar da política interna e internacional, que constroem os atores e a questão religiosa.

A questão da política interna trata das minorias xiitas nos países do Golfo Pérsico. Terhalle aborda principalmente a relação entre os governos sunitas da Arábia Saudita e Bahrein para demonstrar o temor sunita de que essas minorias se revoltassem e abalasse a própria estrutura desses regimes, tal como Ehteshami colocou. Ao se analisar casos específicos, como a Arábia Saudita e Bahrein, vê-se que, embora as minorias xiitas se envolvam em movimentos políticos, seus objetivos não representam um desafio ou uma tentativa de deslegitimar o governo em prol da minoria ou do Irã. O caso da Arábia Saudita mostra muito bem tal afirmação. Embora as lideranças religiosas sauditas continuem a declarar que os xiitas são *rafida* (rejeicionistas/infiéis), numa clara herança do pensamento wahabista que rege a Arábia Saudita, o governo saudita perseguiu o caminho do “diálogo nacional” (TERHALLE, 2007, p. 71), trazendo os xiitas sauditas para o jogo político e abandonando a antiga política de discriminação; o novo pensamento saudita era acomodar a oposição política xiita para evitar confrontações e essa mudança na mentalidade de seus líderes ocorreu após a percepção de que a oposição xiita não se configura como uma oposição ao Estado saudita em si, mas se caracteriza pela recriminação política e religiosa que a minoria vinha sofrendo e pelos gritos de *Wataniyya* (cidadania) que os xiitas entoavam, numa clara demonstração de fidelidade ao regime, ou seja, “o Irã não conseguiu competir com o governo de al-Saud em influenciar a população xiita do reino” (TERHALLE, 2007, p. 71).

Os xiitas de Bahrein representam um caso similar. Constituindo cerca de 70% da população, mas governados por uma monarquia sunita conservadora, os xiitas sempre foram marginalizados tanto na área econômica quanto na área política do país, e desde os anos 1970 têm participado de todas as tentativas de golpe, movimentos de reforma política e agitações sociais. Esse fator, somado à tentativa de exportação da Revolução Islâmica por Khomaieni, transformou o caráter político da oposição em um caráter confessional. Quando em 1990, os xiitas de Bahrein tomaram as ruas na demanda por maior representação política, a monarquia al-Khalifa rejeitou os apelos populares, rotulando-os como uma conspiração xiita (NASR, 2006, p. 156). A invasão norte-americana de 2003 apenas agravou esse de-

sequilíbrio, pois, ao adotar nas eleições iraquianas a equação de uma pessoa um voto, sem quotas ou medidas afirmativas, o aiatolá Sayyed Ali Sistani colocou no poder os milenarmente reprimidos xiitas do Iraque, influenciando os xiitas de Bahrein a demandar um processo similar. A monarquia de al-Khalifa buscou adotar uma política recorrente na região, ao declarar eleições abertas para a formação de um parlamento de notáveis, cooptando os *za'im* (líderes) xiitas, sem poderes efetivos e que apenas legitimariam o governo de al-Khalifa. Essa medida não foi bem aceita pela população, o que criou ainda mais instabilidade (NASR, 2006, p. 234). “Como resultado disso, a política ganhou contornos de uma estrutura religiosa, que é difícil de ser dissolvida” (TERHALLE, 2007, p. 73). Esse caráter confessional, criado no jogo político entre a oposição e a monarquia, é muito bem exemplificado pelas ações do governo que visam a mascarar o fato de o país ser majoritariamente xiita e buscar sunificá-lo, tal como manipular a composição demográfica do país ao naturalizar estrangeiros e conceder direito de voto aos cidadãos da Arábia Saudita; adotar discursos políticos que põem em dúvida a lealdade dos xiitas do país e rotular a oposição política como um movimento sectário; colocar obstáculos legais que impedem os xiitas de viver em áreas residenciais de maioria sunita (ICG, 2005, p. 1). Portanto, o ativismo xiita não pode ser negligenciado, pois não é uma tentativa de derrubar a monarquia, nem esse movimento possui uma liderança estrangeira, notadamente o Irã. Nas palavras de Telhami: “Portanto, a raiz do ativismo xiita não é um reflexo do xiismo transnacional dirigido pelo Irã, ao contrário, ela se baseia na defesa dos interesses comuns em relação ao governo e outras vertentes da sociedade” (TERHALLE, 2007, p. 72).

O nacionalismo é um fator relevante nesse processo. O fim da Primeira Guerra Mundial marcou o início da formação de identidades nacionais baseadas na luta contra o colonialismo, e os xiitas, especialmente onde eram minoria, abraçaram tal ideologia fervorosamente, acreditando que, embora tivessem perdido a batalha política e teológica que os relegou à marginalidade, a formação do Estado moderno baseado no nacionalismo eliminaria as barreiras religiosas para sua inclusão efetiva na sociedade e nos corredores do poder. No entanto, essa crença se mostrou ilusória. À medida que os Estados modernos cresceram, o autoritarismo arraigou a mesma divisão que os xiitas buscavam eliminar. O discurso de inclusão aclamado pelos governos nunca, efetivamente, alcançou os xiitas e a falta de uma política socioeconômica que abarcasse as classes pobres piorou a situação, uma vez que a maior parte dessas classes era formada por xiitas, especialmente no Líbano e Iraque (NASR, 2006, p. 87). Assim, “o nacionalismo árabe foi a secularização da identidade política sunita no mundo árabe” (NASR, 2006,

p. 92). A modernização do Estado e, no caso do Líbano, a guerra civil e a invasão israelense empurraram milhões de xiitas do campo para a cidade e quase que eliminaram o controle dos *za'im* sobre suas comunidades. Dada a pobreza dos xiitas nos centros urbanos, eles começaram a se agrupar em torno das lideranças religiosas, únicas entidades que lhes proviam assistência. Assim, no Líbano os xiitas se agruparam em volta do *Harakat al-Mabrumin* (Movimento dos Desprovidos), liderado pelo Imam Musa al-Sadr, e no Iraque, com a queda de Saddam, a lealdade dos xiitas não se voltou para os políticos como Ahmad Chalabi ou mesmo Iyad Alawi, mas para os clérigos como Ali Sistani e Sadr, que sempre mantiveram programas assistencialistas nas regiões pobres xiitas (NASR, 2006, p. 92).

A falsa promessa do nacionalismo e a falta de inclusão dos xiitas na sociedade resultaram na formação de grupos políticos baseados na identidade religiosa. No Líbano, o caráter confessional do Estado e a baixa representação dos xiitas no governo tiveram como consequência uma falta de políticas voltadas para essa comunidade, o que resultou na formação de uma oposição política baseada no xiismo. E o mesmo ocorre em outros países com comunidades xiitas, como Iraque, Bahrein, Iêmen, Arábia Saudita e países do Golfo, em que a discriminação política ocorre por meio da identidade religiosa e, portanto a oposição política acaba também se baseando na identidade religiosa. Nesse sentido, se analisarmos os objetivos políticos das comunidades xiitas nos diferentes países do Oriente Médio, vemos a demanda por uma maior representação política e não a formação de um crescente xiita internacional liderado pelo Irã.

A questão religiosa também é importante para desmistificar o crescente xiita, e o papel de *marja at taqlid al mutlaq* (fonte de imitação) é crucial nesse processo. No xiismo, e na religião muçulmana como um todo, não existe uma hierarquia religiosa que deve ser obrigatoriamente seguida, há um consenso na comunidade no reconhecimento de uma figura religiosa, o *marja*, que, devido a um alto conhecimento da jurisprudência religiosa e humildade, é eleito informalmente por meio de um consenso de seus seguidores e dos muçulmanos ao papel de *marja*, que emite conselhos sobre determinados assuntos que os muçulmanos podem seguir ou não. O último *marja* reconhecido de forma unânime foi o Grande Ayatollah Borujerdi, que faleceu em 1962, e desde então vários *marja* compartilham o papel de *marja'yyat*, entre eles Ali Khamenei (Irã), Ali Sistani (Iraque, de origem iraniana), Hassan Fadlalah (Líbano), e outros. Isso abalou a formação de bloco coeso em nome de controvérsias políticas (TERHALLE, 2007, p. 77). A implicação disso é que a batalha pela supremacia religiosa entre diferentes *marja* estabelecidos em diferentes países dividiu a identidade xiita

entre seus respectivos Estados-nação, aumentando, por sua vez, a rivalidade entre os *marjara* que acumulam poder político em suas respectivas bases e que podem aumentar as rivalidades entre seus seguidores (TERHALLE, 2007, p. 78). O caso exemplar disso é a renovada disputa entre as cidades sagradas de Qom (Irã) e Najaf (Iraque) pela supremacia religiosa do xiismo. A cidade de Najaf fora o principal centro de estudos religiosos do xiismo por séculos, até que a subida de Saddam ao poder e a sua tentativa de construir um Estado laico nacionalista buscaram cortar toda a influência dos clérigos religiosos, perseguindo-os, fechando centros de estudos e proibindo manifestações religiosas xiitas, o que acabou por enfraquecer Najaf e fortalecer Qom como principal centro de estudos religiosos. É em Qom que Khomeini e Khamenei estudaram. No entanto, desde a queda de Saddam, Najaf têm ressurgido como centro de estudos, principalmente devido à instalação na cidade do Ayatollah Ali Sistani, de origem iraniana, em detrimento de Qom. O principal impacto disso é que Qom e Najaf são centros também de duas formas diferentes de entender o governo, o primeiro sendo o expoente da teoria de *velayat al-faqih* de Khomeini, pregando a ideia de que os clérigos são os mais capacitados a governar pelo conhecimento da jurisprudência religiosa, e o último representado por Ali Sistani, avesso aos *velayat al-faqih*, que prega um afastamento dos clérigos do poder, voltando à posição de aquiescência (ESCOBAR, 2007, p. 191).

Ameaça iraniana

Atualmente, o Irã está no centro da agenda internacional, principalmente pelo seu programa nuclear e as implicações que isso possa ter no sistema internacional. A consequência desse destaque é a percepção de que o Irã é a fonte de desestabilização no Oriente Médio, ao apoiar grupos xiitas armados espalhados pelo Oriente Médio, que agiriam como proxys do regime islâmico. Entre esses grupos estão o Hezbollah no Líbano (STEWART, 2010), Hamas nos territórios palestinos (COLVIN, 2008), Houthis no Iêmen (Al Jazeera English, 2009), grupos insurgentes no Iraque (JOHNSTON; CAPACCIO, 2008) e até mesmo ligações com a Al-Qaeda (EGGEN, 2004). No entanto, como exposto acima, cada um desses grupos possui as suas próprias agendas e, embora recebam o apoio iraniano, tanto militar quanto financeiro, este não se traduz na transformação desses grupos em proxys iranianos, mas sim em atores que possuem interesses convergentes.

No caso do Hezbollah e Síria, o objetivo de criar uma *détente* frente a Israel é compartilhado com o Irã. Quanto ao Hamas, após a sua vitória nas

urnas em 2006, foi isolado politicamente pelas outras potências, e o apoio iraniano ao grupo traduz-se numa forma de poder influenciar as negociações israelo-palestinas e ganhar influência com isso. No Iêmen, a luta entre os Houthis, o governo central e a Arábia Saudita situa-se na disputa pela hegemonia regional entre iranianos e sauditas. No Bahrein, a expectativa de que a maioria xiita no país ganhe maior poder político é vista como algo positivo pelos iranianos, que agiriam para contrabalançar a influência saudita no Golfo Pérsico. Já a acusação da aliança com a Al-Qaeda carece de fundamentos, uma vez que o grupo de Osama Bin Laden é praticante de uma ideologia que considera os xiitas como hereges e é responsável por dezenas de atentados contra xiitas no Iraque. Quanto ao Iraque, o Irã teme o surgimento de um governo iraquiano aliado aos Estados Unidos e que represente uma ameaça à sua segurança. Seu apoio a grupos que combatem as tropas norte-americanas traduz-se numa aliança com grupos que se opõem à presença dos Estados Unidos em seu país, ou seja, uma aliança de interesses convergentes e não a criação de forças iraquianas obedientes ao Irã.

Conclusão

De um modo geral, a hipótese do “crescente xiita” baseia-se na premissa de que os xiitas do Oriente Médio como um todo formariam um bloco homogêneo e coeso e que sua lealdade seria baseada na questão da identidade religiosa e não no Estado-nação. Esse discurso em seu cerne contém a ideia de que uma similaridade religiosa, o xiismo, seria capaz de concentrar a lealdade política das várias comunidades xiitas espalhadas pelo Oriente Médio, sob a égide do maior país xiita do mundo, o Irã. Os fatos, porém, contestam essa afirmação: o mundo islâmico é heterogêneo, e até a antiga rivalidade entre sunitas e xiitas não é uma disputa entre polos opostos, as diferentes comunidades espalhadas pelo Oriente Médio possuem interesses e objetivos diversos, que por vezes se chocam com seus pares de outros países. Assim, no campo das ideias há aqueles xiitas que apoiam a teoria de *velayat al-faqih*, adotando a linha iraniana, e outros que apoiam uma linha diferente, a de participação popular, apoiada pelo Ayatolá Ali Sistani. Politicamente, os xiitas também não constituem um bloco liderado pelo Irã. Cada comunidade xiita possui interesses específicos que delimitam o seu raio de ação ao contexto nacional, o Hezbollah no Líbano lutando contra Israel e a influência ocidental dentro do território libanês, os xiitas sauditas empenhando-se em receber um reconhecimento político, mas sem pôr em xeque a legitimidade do governo Al-Saud, os xiitas de Bahrein lutando contra o caráter sectário que a política nacional está adquirindo,

os Houthis no Iêmen pedindo maiores políticas públicas voltadas para sua região. Dessa forma, deve-se olhar para os xiitas não como um fator desestabilizador, uma ameaça à segurança, mas uma comunidade a ser integrada à sociedade.

Abstract

The current situation in the Middle East puts the Shiites directly in the center of recent conflicts. The consolidation of an Iraqi State, political instability in Lebanon, the conflict in Yemen, the political crisis in Bahrain, discrimination of Shiites in Saudi Arabia, in all those issues the balance of power, demographic figures and ideological conflicts place Shiites and Sunnis on opposite sides in the struggle to define which of the two groups will dominate regional policy. And Iran, whose interests coincide with those of the Shiites in the fight against Sunni hegemony, is in the center of this debate.

Key words: Shiites; Middle East; Iran; *Velayat al-faqih*.

Referências

AHRARI, Ehsan. **The real challenge from the 'Shia Crescent'**. Julho 2006. Disponível em: <<http://www.antiwar.com/orig/ahrari.php?articleid=9398>>. Acesso em: 9 out. 2009.

Al Jazeera English. **Yemen says Iran funding rebels**. Novembro 2009. Disponível em: <<http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2009/11/2009111675649700628.html>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BLACK, Ian. Fear of a Shia Full Moon. **The Guardian**, London, janeiro 2007. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2007/jan/26/worlddispatch.ianblack>>. Acesso em: 9 out. 2009.

BURKE, Jason. **Are the Shias on the brink of taking over the Middle East**. The Observer, London, julho 2006. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2006/jul/23/israel.syria>>. Acesso em: 9 out. 2009.

CENTRAL Intelligence Agency. **CIA Factbook**. 2009. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 9 out. 2009.

COHEN, Dave. **Revenge of the Shia?** Janeiro 2007. Disponível em: <<http://www.theoil Drum.com/node/2185>>. Acesso em: 9 out. 2009.

COLVIN, Marie. Hamas wages Iran's proxy war on Israel: a Hamas leader admits hundreds of his fighters have travelled to Tehran. **Sunday Times**, London, março 2008. Disponível em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/middle_east/article3512014.ece>. Acesso em: 30 out. 2009.

EGGEN, Dan. 9/11 panel links Al Qaeda, Iran: Bin Laden may have part in Khobar Tow-

ers. Report says. **The Washington Post**, Washington, A12, 26 jun 2004. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A6581-2004Jun25.html>>. Acesso em: 3 jul. 2008.

HAJI-YOUSEFI, Amir M. Whose agenda is served by the idea of a Shia crescent? Ankara, **Alternatives Turkish Journal of International Relations**, v. 8, n. 1, p. 114-135, Spring 2009.

ESCOBAR, Pepe. Shiiteistan. In: KORINAM, Michael; LAUGHLAND, John (Org.). **Shia power: next target Iran?** London; Portland: Mitchell Vallentine & Company, 2007. p. 180-188.

EXUM, Andrew; McINERNEY, Stephen. Beirut is not Tehran. **The Washington Post**, Washington, novembro 2007. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/11/20/AR2007112000594.html>>. Acesso em: 9 out. 2009.

FERABOLLI, Silvia. **Relações internacionais do mundo árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista**. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

FISK, Robert. **Pobre nação: as guerras do Líbano no século**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FISK, Robert. **A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

RÚSSIA atribui crise do Oriente Médio a campanha extremista. **Folha de S. Paulo**, 13/10/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u10317.shtml>>. Acesso em: 9 out. 2009.

GARDNER, David. Misplaying the Islamic power game. **Financial Times**, London, Aug 2006. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/ee3f892c-289e-11db-a2c1-0000779e2340.html>>. Acesso em: 4 set. 2009.

HAJI-YOUSEFI, Amir M. Whose agenda is served by the idea of a Shia crescent? Ankara, **Alternatives Turkish Journal of International Relations**, v. 8, n. 1, p. 114-135, Spring 2009.

HAJI-YOUSEFI, Amir M. **Evaluation of Iran's foreign policy in Iraq**. Madrid. Unisci Discussion Paper, n. 10, January 2006, p. 201-208.

HARLING, Peter; YASIN, Hamid. A demonização forçada dos xiitas. **Le Monde Diplomatique**, Paris, setembro 2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/imprima1390>>. Acesso em: 9 out. 2009.

HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan. **The foreign policies of Middle East States**. New York: Lynne Rienner Publishers Inc., 2002.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Bahrain's sectarian challenge. Washington. **Middle East Report**, n. 40, p. 1-25, May 2005.

JOHNSTON, Nicolas; CAPACCIO, Tony. **Petraeus says Iranian-Backed groups are greatest threat to Iraq**. Abril 2008. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601087&sid=aXD9fCxRQ2.c&refer=home>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MACKEY, Sandra. **Passion and politics: the turbulent world of the Arabs**. 3. ed. Boston: Dutton, 1992.

MAHBUBANI, Kishore. **The new Asian hemisphere: the irresistible shift of global power to the East.** New York: Public Affairs, 2008.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and U.S. foreign policy.** New York. FSGbooks, 2007.

NASR, Vali. **The Shia revival how conflicts within Islam will shape the future.** New York: W.W. Norton & Company, Inc., 2007.

NASR, Vali; TAKEYH, Ray. The Iran option that isn't on the table. **The Washington Post**, Washington, Fevereiro 2007. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/02/07/AR2007020702136_pf.html>. Acesso em: 9 out. 2009.

NOLAND, Marcus; PACK, Howard. **The Arab economies in a changing world.** Washington: Peterson Institute for International Economics, 2007.

OLIVIER, Roy. Hizbollah has redrawn the Middle East. **Financial Times**, London, Agosto 2006. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/2/b5e204be-2e17-11db-93ad-0000779e2340.html>>. Acesso em: 9 out. 2009.

PEW Forum. **Mapping the global Muslim population: a report on the size and distribution of the world's Muslim population.** Outubro 2009. Disponível em: <<http://pewforum.org/docs/?DocID=455>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

PROCTOR, Pat. The mythical Shia crescent. Carlisle. **Parameters**, p. 30-42, Spring 2008.

SAID, Edward. **Orientalismo o oriente como invenção do ocidente.** São Paulo. Companhia de Bolso, 2007.

SAMI, Abbas William. Shiites in Lebanon: the key to democracy. **Middle East Policy**, v. 13, n. 02, p. 30-37, Summer 2006.

SANKARI, Jamal. **Fadlallah: the making of a radical Shiite leader.** Saqui: Hardcover, 2005.

NCM - 85291001 SHADID, Anthony. Across Arab world, a widening rift. **The Washington Post**, Washington, Fevereiro 2007. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-nyn/content/article/2007/02/11/AR2007021101328_2.html>. Acesso em: 9 out. 2009.

STEWART, Scott. Iranian proxies: an intricate and active web. **Stratfor Global Intelligence**. Estados Unidos. Fev 2010. Disponível em: <http://www.stratfor.com/weekly/20100203_iranian_proxies_intricate_and_active_web>. Acesso em: 15 fev. 2010.

TASPINAR, Omer. Turkey eyes the Shia crescent. **Newsweek**, New York. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/id/42949>>. Acesso em: 9 out. 2009.

NCM - 85291001 TELHAMI, Shibley; BARTNETT, Michael. **Identity and foreign policy in the Middle East.** New York: Cornell University, 2002.

TERHALLE, Maximilian. Are the Shia rising? Washington. **Middle East Policy**, v. 14, n. 2, Summer 2007, p. 70-83.

WHRIGHT, Robin; BAKER, Peter. Iraq, Jordan see threat to election from Iran: leaders warn against forming religious State. **The Washington Post**, Washington, A01, 8 de Dezembro 2004. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A43980-2004Dec7.html>>. Acesso em: 9 out. 2009.

ZIA-IBRAHIMI, Reza. Mending a Muslim divide. **The New York Times**, New York. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/07/21/opinion/21iht-edebrahimi.1.14660470.html?_r=1>. Acesso em: 9 out. 2009.

ÇARKOĞLU, Ali; EDER, Mine; KIRIŞCI, Kemal. **The political economy of regional cooperation in the Middle East**. New York: Routledge, 1998.